



CARTA MENSAL

Colégio Brasileiro de Genealogia

Ano XXX - Nº 138 - Set/Out 2017

REUNIÃO ANUAL DE CONFRATERNIZAÇÃO

Todos os associados do CBG estão convidados a participar de um **Coquetel de Confraternização, no dia 28 de novembro**, terça-feira, das 17 às 19 h, no Terraço do Edifício do IHGB, situado na Av. Augusto Severo 8, 12º andar, Glória, na cidade do Rio de Janeiro.

O coquetel, promovido pelo CBG, será realizado logo após a Assembleia Geral Extraordinária para escolha de quatro sócios titulares do Colégio.

Aos associados que pretendam comparecer, pede-se confirmar sua presença, escrevendo, até o dia 14 de novembro, para o e-mail cbgpubli@yahoo.com.

A participação dos associados no evento é gratuita.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Atendendo ao Edital 3/2017 de 18 de outubro de 2017, o Colégio Brasileiro de Genealogia conclama seus associados a comparecer à **Assembleia Geral Extraordinária, no dia 28 de novembro de 2017**, terça-feira, na Sala Cephias, Av. Augusto Severo 8, 12º andar, Glória, na cidade do Rio de Janeiro, em 1ª Convocação às 15 h, havendo quórum, ou em 2ª Convocação às 16 h, visando eleger quatro sócios titulares do Colégio.

ASSOCIADOS SÃO NOTÍCIA

- **Vera Lucia Bottrel Tostes** recebeu carta Ministério da Cultura da França informado sua promoção ao grau de Oficial da Ordem das Artes e das Letras, em reconhecimento à sua contribuição para a difusão do património museográfico e à cooperação entre a França e o Brasil.



Fernando Jannuzi e
Vera Tostes ao final da palestra do CBG

Esta comenda procura recompensar as pessoas que se distinguiram pela criação no campo artístico ou literário, ou pela contribuição que tenham feito para a difusão das Artes e das Letras na França e no mundo

A Ordem compreende três graus: Cavaleiro, que era anteriormente ocupado por Vera Tostes, Oficial e Comandante.

Vera Tostes recebeu a comunicação de sua promoção pouco antes de realizar palestra no CBG sobre A Genealogia e a Legislação do Império, no último dia 24 de agosto.

Nessa palestra Vera Tostes lembrou que a História Social vem suscitando um número cada vez maior de estudos abrangendo diversas áreas de interesse, entre elas a genealogia, ampliando sua atuação para além da citação de nomes, datas e localidades. A nobreza brasileira tem sido estudada como parte de um todo, como poucos trabalhos fundamentados na análise de fontes primárias. A pesquisa da legislação e das normas nobiliárias permitem a comprovação da legitimidade na concessão dos títulos de nobreza.

Disse ainda a palestrante que os títulos nobiliárquicos e os brasões foram concedidos, no Brasil, por meio de mercês novas em reconhecimento aos serviços prestados à Nação e sem direito hereditário. As questões relativas aos direitos de concessão dos títulos foram tema em muitos debates no Parlamento do Império durante os reinados de Pedro I e II, até o advento da República. No Brasil, durante o século XIX existiu um seguimento da sociedade nobre e os que tiveram suas concessões registradas são efetivamente Titulares do Império.

- O CBG organizou evento no último dia 26 de outubro, do qual constaram palestra do associado **Jorge Douglas Alves Fasolato** sobre o tema *Machado Coelho: Memória e Representação*, cujo resumo é apresentado a seguir nesta Carta Mensal, e o lançamento do livro *A Família Chermont – Memória Histórica e Genealógica* pelo associado **Victorino Coutinho Chermont de Miranda**.

Ao evento estiveram presentes além de associados, a jornalista Miriam Lage e o engenheiro Paulo Gabriel Ferreira Lage, descendentes de Manuel Machado Coelho, Ieda Paim Nava Ribeiro e Joaquim Jaguaribe Nava Ribeiro, a engenheira de patrimônio e arqueóloga Silvia Puccioni, a pesquisadora da Fundação Casa de Ruy Barbosa, Ana Pessoa, além dos convidados portugueses, o historiador da Arte e professor José de Monterroso Teixeira, da Universidade Autônoma de Lisboa, o diretor do Museu das Migrações e das Comunidades, em Fafe, Artur Coimbra, a curadora do Arquivo Albino O. Guimarães, Luíza Campos de Carvalho, e a professora Isilda Monteiro, pesquisadora do Cepese da Universidade do Porto.



Jannuzi, Fasolato e Victorino na palestra e lançamento de livro

- Referindo-se ao livro *A Família Chermont – Memória Histórica e Genealógica*, de **Victorino Coutinho Chermont de Miranda**, a pesquisadora Ana Pessoa, da Casa de Ruy Barbosa, autora de sua Apresentação diz “a presente edição, revisitada e ampliada de um primeiro estudo genealógico de 1982, traz acréscimos e supressões para melhor contextualizar, ao longo de treze capítulos, a trajetória dos Chermont, do Pará. No cumprimento de sua missão, o autor se destaca como um genealogista especial, Ele não é somente o rigoroso articulador de datas, documentos e memórias de família, recolhidas em um sem número de fontes, mas também um hábil narrador que, munido de saborosa prosa, trata a *saga* dos Chermont com cumplicidade e emoção”.

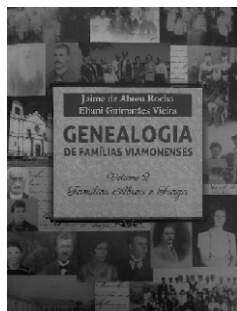
O estudo parte de uma primeira sucessão de fidalgos franceses, da segunda metade do século XVI, sendo o primeiro deles François de Le Mercier, conhecido como François de Chermont, do qual, um dos bisnetos, Jean Alexandre de Chermont, também fidalgo francês, se transfere para Portugal, tendo aí se casando, no início do século XVIII. O autor em seu estudo comenta sobre a grande diáspora que formada por descendentes da geração seguinte, com transferências para as possessões francesas na Índia e as portuguesas na África e no Brasil.

É assim que Theodósio Constantino de Chermont, filho de Jean Alexandre (ou João Alexandre), em 1760, como Capitão, foi transferido para o Grão-Pará, onde se estabeleceu, com grande folha de serviços em toda a Amazônia, dando início à linhagem dos Chermont do Brasil.

O livro trata também participação da família Chermont na história econômica, política e social do Pará, e comenta sobre alguns de seus membros, descendentes ou agregados por casamento, que se destacaram nas últimas gerações.

O livro apresenta com detalhes, precedida de uma nota explicativa, uma extensa tábua genealógica, abrangendo nove gerações no Brasil. Inclui ainda a *Carta de Brazão de Armas Nobreza e Fidalguia* do Brigadeiro Theodósio Constantino de Chermont. Ao final o autor dedica algumas páginas às homenagens recebidas por seu filho o jornalista Victorino Chermont, falecido em 2016.

- **Jaime de Abreu Rocha** lançou, juntamente com Eliani Guimarães Vieira, o 2º volume do livro *Genealogia de Famílias Viamonenses*. Os dois volumes resultam do encontro entre dois primos distantes, ele no Rio de Janeiro e ela em Viamão. O 2º volume, que trata principalmente das famílias Abreu e Fraga, de Viamão, é uma sequência do que já havia sido apresentado no primeiro. Ele se baseia em informações colhidas em cartórios, bibliotecas, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Além disso, muitos encontros de famílias, que acontecem em Viamão, também possibilitaram a coleta de informações, fotos e diversos relatos que enriquecem o texto.



No prefácio, Véra Lucia Maciel Barroso, autora de diversos livros no campo da História, diz que “nunca, como hoje, a genealogia motivou tantos, de diversas idades, a construir as suas redes familiares ancestrais”, e em seguida, “é inegável a importância do que se pode chamar de ‘inventário genealógico’, como veículo da definição das identidades dos indivíduos, os quais não se situam sozinhos no tempo; eles se fazem e se posicionam a partir da matriz que os demarca”.

NOTÍCIAS DO CBG

- **Novos associados** – O CBG dá as boas-vindas aos novos associados aprovados pela Diretoria para integrarem o Quadro Associativo. São eles **Charles Goldenzon, Sonia Ferreira Jobim de Carvalho e Amanda Ticon Maia de Oliveira**, todos do Rio de Janeiro.

- **Anuidade** – a Assembleia Geral Ordinária do CBG realizada em 11 de julho de 2017, fixou em R\$ 140,00 o valor de anuidade para o corrente ano.

O CBG pede aos associados que não receberam Correio ou tiveram seu boleto extraviado, que entrem em contato com a Tesoureira Maria Lucia Machens através do e-mail: tesou1@cbg.org.br

O valor da joia para os novos associados foi definido em R\$ 125,00, isentado o valor de anuidade de 2017.

- **Biblioteca** – Informamos aos novos associados - e recordamos aos antigos - que o Estatuto CBG traz em seu Art. 12 - item b a obrigação do associado em "doar à biblioteca um exemplar das publicações de sua autoria nas áreas de interesse do Colégio". Em razão do exíguo espaço para guarda, só temos como adicionar a nosso acervo obras eminentemente genealógicas ou que tenham, em seu conteúdo, pelo menos uma boa parte que trate de genealogia, nossa precípua razão de existência.

Registramos nossos agradecimentos aos que enviaram, ao CBG, os seguintes volumes de autoria própria ou de outrem:

- *Rimbaud, Vermeer, Bentham*, de autoria do associado **Fernando Whitaker da Cunha**, publicado no Rio de Janeiro, em 2016, pela editora Texto. O livro reúne diversos textos do autor, além dos referidos no título da obra, tanto na área jurídica como o capítulo específico "História e Genealogia". Doação do autor.

- *Família Chermont – Memória Histórica e Genealógica*, de autoria de **Victorino Coutinho Chermont de Miranda**, em 2ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2016. Doação do autor. Acima comentado.

- *Genealogia de Famílias Viamonenses*. De **Jaime de Abreu Rocha** e de Eliani Guimarães Vieira. 2º volume. Viamão: Evangraf, 2017. Doação do autor. Acima comentado.

- *O Solar da Fazenda Rochedo e Cataguases (memória)*, de Helio Brasil e José Rezende Reis, 2ª edição revista e ampliada, editado por Synergia Editora, no Rio de Janeiro, em 2016.

Partindo da contribuição da família Vieira de Resende, proprietária da fazenda Rochedo, os autores mostram a evolução econômica, política e cultural de Cataguases e sua importância na história do Brasil.

A fazenda, situada a cerca de 20 km de Cataguases, pertenceu ao Major Joaquim Vieira da Silva Pinto, e a seu filho Coronel José Vieira de Rezende Silva. Tendo este sido o responsável pela construção do Solar do Rochedo, atual sede da fazenda, inaugurado em 1878.

O Major Joaquim Vieira da Silva Pinto exerceu funções de destaque na região, tendo chegado a ser Juiz de Paz, em Ubá e Cataguases, municípios aos quais pertencia a freguesia de Meia Pataca, origem do Município de Cataguases. Seu filho, o Coronel José Vieira de Rezende exerceu as funções de Presidente da Câmara e Administrador do Município de Cataguases, depois de ter sido um dos principais promotores de sua criação em 1875.

Ao final do prefácio há um trecho que espelha muito bem a publicação: "A obra enriquece a bibliografia mineirana e o acervo cataguasense, oferecendo ao leitor a oportunidade única de viajar pela história e interpretar a linha evolutiva que une a gloriosa casa grande de Vieira de Rezende à bela cidade modernista – a Ouro Preto do século XX, que nela teve o criador do município e presidente da primeira Câmara". Em relação à 1ª edição, de 2010, a obra foi ampliada com vasta documentação histórica que refletem os quase três séculos de informações históricas sobre a Fazenda do Rochedo e a família Vieira de Rezende.

Seus autores são José Rezende Reis, nascido em 1929, em Cataguases, atual responsável pela administração do condomínio familiar constituído pela Fazenda do Rochedo, em cujo casarão, viveu a infância e a adolescência; e o arquiteto, professor e escritor Helio Brasil. O atual Secretário de Cultura de Minas Gerais Ângelo Oswaldo de Araújo Santos é o autor do prefácio do livro, que conta ainda com uma resenha escrita pelo associado do CBG **Nireu Oliveira Cavalcanti**.

- *A Saga da Família Klabin – Lafer*, de Ronaldo Costa Couto, Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017. Doação da Chermont Editora.

O autor trata inicialmente a partida, em 1885, de Moissi Elkana, da pequena aldeia de Pazelva, na Lituânia, então dependência da Rússia Imperial, para Londres, fugindo da perseguição que o czar Alexandre III movia contra os judeus. Moissi Elkana, nascido em 1860, era o filho mais velho do rabino Leon Klabin. Este era filho de Samuel Lafer, e foi o único dos cinco irmãos a adotar o sobrenome Klabin ao invés de Lafer.

Em Londres, onde adotou o nome de Mauricio Freeman Klabin, trabalhou arduamente, mas percebeu que não conseguiria atingir seu objetivo que era o de se estabelecer de forma competitiva. Foi então que aceitando uma proposta publicada na Imprensa por um empresário, emigrou, ao final de 1889, para o Brasil, “uma terra com afeição de bons braços e boas cabeças”, logo após a escravidão ser abolida, e a República, proclamada.

Aqui começa vendendo o fumo de boa qualidade que havia trazido de Londres e começa a trabalhar em uma pequena papelaria e tipografia, a qual ele mais adiante adquire. Já um pequeno empresário, a partir de 1892, começa a atrair para São Paulo sua família, tios e primos. Em 1894, seus pais e a futura esposa chegam. Muitos casamentos surgem e os nomes Klabin e Lafer se entrelaçam. Dentre os descendentes, os que atualmente administram as empresas da família, e dois ex-ministro: Horácio Lafer e Celso Lafer.

Maurício F. Klabin faleceu na Alemanha em 1923, onde se encontrava em tratamento de saúde, mas foi, a seu pedido, sepultado em São Paulo. Ao longo do livro, o autor trata do crescimento do grupo empresarial em paralelo à história da família Klabin – Lafer, destacando o fato de que somente cinco empresas criadas no Brasil no século XIX sobreviveram neste início de século, sendo que dessas, quatro sob a direção da mesma família. Uma dessas é a Klabin.

MACHADO COELHO: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO

Resumo da palestra apresentada aos associados e convidados do Colégio Brasileiro de Genealogia em 29/09/2016, no South American Copacabana Hotel, por **Jorge Douglas Alves Fasolato**:



O Comendador português Manuel Machado Coelho nasceu em Portugal em 1787, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1808, ou pouco depois, onde veio a falecer em 1862.

Fasolato considera que a partir chegada do Comendador ao Rio de Janeiro, começa a importante participação da família Machado Coelho na política e na economia do país, com forte ligação na fundação e na direção de bancos, em especial na gestão do Banco do Brasil, na segunda metade do século XIX.

Proprietário de grandes áreas hoje situadas no Centro do Rio de Janeiro, Machado Coelho atuou como empresário no comércio, na indústria e também no sistema bancário, e, dentre outras atividades, foi benfeitor da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, na qual foi síndico corretor desde 1822 até 1862 e um dos responsáveis pela implantação do Cemitério do Catumbi.

Machado Coelho casou-se com Luiza Maria da Conceição (cerca de 1800-1838), descendente de antigos sesmeiros do Rio de Janeiro e de influentes políticos, tanto no âmbito regional quanto nacional.

Tiveram sete filhos:

1. Constança Augusta Machado Coelho (1820-1869), que se casou com Antônio Alves da Silva Pinto Junior, Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, banqueiro e um dos fundadores do IHGB.

2. Constantino Machado Coelho (1821—1855) foi casado com Mariana Barbosa de Assis Ferreira, filha da Baronesa de Santana, Maria José de Santana e, portanto, irmã de Mariano Procópio Ferreira Lage.

O casal teve dois filhos, sendo a mais nova Amélia Machado Coelho (1853—1946), que, tendo se casado com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, tornou-se Viscondessa de Cavalcanti. Esta teve importante participação na vida cultural, social e filantrópica tanto no Brasil, como na Europa. Fasolato declarou que pesquisas por ele realizadas, esclareceram dois dados importantes referentes à Viscondessa: seu nome correto é Amélia Machado Coelho e seu nascimento se deu em 1853.

3. José Machado Coelho de Castro (1827—1896), casado com Umbelina Pereira (1832—1875). Advogado, diretor e, por doze anos, Presidente do Banco do Brasil. Participou da direção da Companhia União Indústria, juntamente com seu cunhado Mariano Procópio Ferreira Lage; foi criador, com José de Alencar e outros, da revista Ensaios Literários e foi condecorado com a Ordem de Cristo, a Ordem da Rosa e comendador de 1ª classe da Ordem Ernestina da Saxônia.

4. Manuel Machado Coelho Junior (1834—1876), Comendador, casou-se com Mariana Barbosa de Assis, viúva de seu irmão Constantino. Foi fotógrafo amador.

5. Antônio Machado Coelho de Castro (1834—1882) que foi casado com Josefina Georgina Martins (1834—1861).

6. Maria Amália Machado Coelho (1835—1914) casou-se com o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage (1821—1872), empreendedor e político. Fundou e presidiu a Companhia União Indústria, a qual projetou e construiu a Estrada União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora. Fundou ainda a Colônia D. Pedro II para instalar germânicos que constituíram um dos grupos de imigrantes que vieram para ao Brasil no início da segunda metade do século XIX; a Escola Agrícola União e Indústria, além do Jockey Club Brasileiro no Rio de Janeiro.

Maria Amália e Mariano Procópio tiveram 3 filhos, dentre eles Alfredo Ferreira Lage (1865—1944) que foi advogado, jornalista, fotógrafo e colecionador. Alfredo foi o criador do Photo Club do Rio de Janeiro e do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, que ele dirigiu até o seu falecimento, tendo doado à Prefeitura da cidade não só o acervo do Museu, como o prédio onde se instala, originalmente residência de veraneio de seus pais, e todo o parque em que está situado.

7. Maria Constança Machado (1838—1866), em cujo parto morreu sua mãe, foi casada com o comendador Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes (1829—1892), empreendedor santista.

Fasolato citou também Francisco Machado Coelho, (1799—1867), irmão de Manuel Machado Coelho, que foi casado com Rita de Cássia Vieira Ramalho (1802—1856). O filho deste casal, José Machado Coelho (1823—1882), foi comerciante, tendo sido proprietário do Palacete Guanabara, que vendeu ao Conde D'Eu, e, hoje, depois de diversas ampliações e reformas, é conhecido como Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro.

MODERNIDADE E IMIGRAÇÃO NO VALE DO RIO MUCURI

Cléia Schiavo Weyrauch

O texto escrito pela associada do CBG Cléia Schiavo Weyrauch, analisando a Modernidade e Imigração no Vale do Rio Mucuri, do qual Carta Mensal 137 publicou a 1ª parte.

2ª Parte

Os Imigrantes

Segundo a Companhia do Vale do Mucuri, os imigrantes atraídos pela propaganda da firma Schbach & Morgeinstein deveriam ser transportados da Alemanha para o Rio de Janeiro de onde embarcariam em navios da Companhia até a foz do Mucuri na povoação chamada São José de Porto Alegre, Daquele povoado eram transportados através do Rio Mucuri até onde o Rio era navegável ou seja até o Porto de Santa Clara, na divisa entre Minas e Bahia, Daquele ponto vinham em comboios, alguns em carroças, outros à cavalo e os mais pobres a pé até chegar à suposta cidade de Nova Filadélfia⁷.

Quando chegaram encontraram apenas um traçado de cidade cuja fundação se dera em 1853. O desanimo se apossou de muitos alguns logo depois se deslocaram tanto para o Rio de Janeiro, quanto para as colônias alemães do sul do país e muitos até mesmo retornaram. Os que permaneceram tiveram muito o que lutar apoiados apenas pela Comunidade Evangélica de Filadélfia já que a Companhia do Vale do Mucuri fora encampada em 1862 por falta de apoio do governo central hostil à Teófilo Otoni.

As cartas do Pastor João Leonardo Hollerbach registram as inúmeras adversidades enfrentadas pelos imigrantes alemães e de outras etnias que acabaram por se vincular à Comunidade Evangélica Luterana, Mães que enterraram seus filhos que enfrentaram e negociaram com os índios, homens que desesperados se suicidaram; muitos foram mortos por epidemias. Abandonados pela Companhia do Mucuri encampada em 1862 os imigrantes tiveram que se mobilizar com seus próprios recursos enfrentando a lepra e logrando sobreviver dançando no salão de Oto Roedel e nas festas do Clube Concórdia. Muitas são as histórias que se pode contar sobre a presença germânica no Município de Teófilo Otoni, uma delas, a mais importante de todas a de que foram os artífices da vida urbana da cidade. Apenas um traçado a espera dos imigrantes, uma insinuação de cidade em torno da qual se estabeleceram os imigrantes. Sobre a decepção do encontro muitas daqueles avos contaram aos seus netos.

Em 31 de maio de 1847, Teófilo Benedito Otoni assinou com o Governo Imperial, e posteriormente com a província de Minas Gerais, um contato para incorporar uma Sociedade Anônima ou Companhia com o

capital de 1.200 contos de reis, tendo por objetivo franquear a navegação do Rio Mucuri desde sua barra na província da Bahia até o ponto na Província de Minas em que for ou poder tornar-se praticável a navegação (Barbosa, Laís Ottoni, 2006).

A retórica da Companhia do Vale do Mucuri e a realidade histórica

Teófilo Otoni, natural do Serro era um liberal que lutava pela autonomia provincial no Brasil tanto quanto pela economia de mercado inspirado na experiência americana e sobretudo nos congressos de Filadélfia dos anos de 1774 e 1787. No primeiro deles discutiram-se respectivamente o estatuto clássico da liberdade civil e o direito à revolução e no segundo o federalismo como forma de governo. Liberal exaltado, leia-se um republicano em potencial, Teófilo Otoni confrontou-se com o Governo Imperial, e no plano provincial foi uma liderança indiscutível tendo desempenhando inúmeros cargos públicos incluindo-se o de Deputado provincial de Minas Gerais.

Para ele através da Companhia do Mucuri poder-se-ia a tanto dinamizar a economia de Minas Gerais quanto romper o insulamento da Província, pelo caminho do Mucuri. A época rondava no ar ficção da plena navegabilidade do Rio Mucuri que como se viu posteriormente, estava abaixo das expectativas esperadas. Em verdade, Teófilo Otoni fazia parte de uma família tradicional do Serro; seu tio José Elói Otoni escrevera em 1798 o livro memória sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais no qual defendia o desenvolvimento da agricultura e do comércio, além da abertura de estradas francas até os Portos do Mar. Além de seu tio, Teófilo Otoni tinha como irmão o engenheiro Cristiano Otoni responsável pelo desenho da malha viária da colônia e construtor da primeira estrada carroçável do Brasil (1853) cujo percurso ia do porto de Santa Clara à cidade de Filadélfia, Cristiano Ottoni, um engenheiro naval dirigiu também a Estrada de Ferro Pedro II.

A realidade

A região do Mucuri foi uma das últimas áreas de Mata Atlântica a conhecer a civilização, afirma Regina Horta Duarte, escrito em 1858 em seu estudo sobre a publicação de Teófilo Otoni, denominada Notícia, sobre os selvagens do Mucuri. Para outros autores esta região permaneceu como uma fronteira natural no sentido de impedir a saída do ouro pela Bahia e Espírito Santo, enquanto houve a opulência dos minerais.

7 Havia até uma cidade fundada em 1853 cujo nome era Filadélfia (cidade do amor fraternal) em homenagem aos Congressos de Filadélfia que celebraram tanto o estatuto clássico da liberdade civil e o direito à revolução (1774) como o federalismo como forma de governo 1787.

PROFESSORES USAM A HISTÓRIA DE FAMÍLIA PARA ESTIMULAR SEUS ALUNOS

O Prêmio Educador Nota 10 foi em 2017 uma iniciativa da Fundação Victor Civita, em parceria com os grupos Abril, Globo e Fundação Roberto Marinho, visando a valorização do trabalho docente e a disseminação de práticas educativas de sucesso. O Prêmio, criado em 1998, seleciona 10 finalistas a cada ano, escolhendo, em 2016, entre mais de 4 mil candidatos, e, em 2017, entre cerca de 5 mil professores da Educação Infantil ao Ensino Médio e coordenadores pedagógicos e gestores escolares de todo o país.

Tanto na 19ª edição, em 2016, como na 20ª, em 2017, houve, entre os 10 finalistas premiados, um projeto relacionado à genealogia e à história da família.

Por um Fio de Memória resgata histórias narradas pelos avós permitindo escrever uma boa história

Em 2016, na área da Língua Portuguesa, foi premiado o professor Carlos Eduardo Canani, da Escola Municipal de Ensino Médio Suzana Albino França, de Lages, SC. O projeto intitulado Por um Fio de Memória foi aplicado a uma turma do 8º ano.

Neste caso, o professor notou que seus alunos não tinham o hábito de planejar textos e apresentavam pouca familiaridade com as estratégias de revisão. Além disso, chamou sua atenção a visão negativa

que os adolescentes tinham da velhice e das narrativas contadas pelos mais velhos. Para que os estudantes pudessem atribuir novos significados à velhice e às histórias narradas pelos avós, ele optou por trabalhar o gênero memórias literárias.

O professor traçou como meta trabalhar os procedimentos de planejamento e revisão de texto. São procedimentos importantes, que tornam evidente para os alunos que a escrita é um processo. A complexidade da tarefa proposta (transformar o relato dos avós em um texto de memória) fez com que essas habilidades se tornassem imprescindíveis. Entre os avanços encontrados, é possível destacar: o reconhecimento do gênero e sua superestrutura; o uso adequado dos pronomes (necessário por conta da necessidade de transformar o relato dos avós em um texto em primeira pessoa); e a inserção de elementos que aproximam mais o relato de um texto literário, tais como uso de sequências descritivas e figuras de linguagem.

A professora Manuela Prado, uma das selecionadoras do Prêmio Educador Nota 10, na justificativa para a premiação disse: “Chama a atenção a habilidade do professor para identificar as demandas do grupo e criar atividades pertinentes para seu desenvolvimento. Os exercícios e sistematizações propostos evidenciam também que Carlos consegue fazer avaliações parciais da aprendizagem e ajustes no planejamento conforme necessário. Destaco ainda a forma como ele aborda o trabalho com gêneros, aspecto que costuma ser falho em boa parte dos trabalhos enviados. Os alunos aprendem escrevendo bastante. A prática da escrita está inserida de modo integrado e as reflexões são articuladas com base na experiência dos alunos com a criação de textos. O professor ofereceu elementos suficientes para que eles pudessem compreender as condições de produção do gênero e as diferentes marcas linguístico-discursivas que lhe são próprias. Ao longo do projeto, há momentos dedicados à leitura de memórias literárias, assim como outros gêneros relacionados, e também exercícios que promovem a reflexão sobre suas características.”

A construção da árvore genealógica é uma fase do projeto O migrante mora em minha casa

Em 2017 o projeto “O migrante mora em minha casa” foi um dos dez projetos premiados. Ele foi apresentado pela professora Rosely Marchetti Honório, de História do Fundamental II, da Escola Municipal Infante Dom Henrique, de São Paulo, SP.

O Canindé, bairro em que está localizada esta escola, abriga um dos maiores polos da indústria de confecções do país, que emprega mão de obra imigrante em situação precária. Ali, a professora observou preconceito entre os colegas, principalmente contra os bolivianos, e resolveu entrelaçar conteúdos históricos com a vida dos estudantes, descendentes de migrantes e imigrantes.

Entre as atividades estava a construção da árvore genealógica de cada família, além de sessões de filmes e fotografias que citavam situações de preconceito, escravidão e racismo.

Depois que todos descobriram suas origens — a maioria, atesta Rosely, nem sabia onde a mãe tinha nascido — foi a vez de levar as duas turmas ao Pari, um bairro vizinho, onde há grande concentração de bolivianos, além de abrigos para imigrantes.

Houve aluno que se surpreendeu ao descobrir que tinha ascendência alemã por parte do pai e indígena pela mãe, apesar de serem ambos vindos do Nordeste. A partir das primeiras atividades, a professora usou filmes, contos e fotografias para explicar os conceitos de preconceito, discriminação e racismo. “As pessoas sofrem com o preconceito e o racismo por virem de outra região. Temos que tratar os imigrantes bem, todos merecem um espaço”, disse um aluno. Segundo a professora “na sala de aula, o principal resultado foi a melhora na relação entre os colegas, com mais integração e respeito”.

O projeto será repetido com novas turmas e a professora já inspirou um novo projeto vindo dos próprios alunos que notou que muitos imigrantes ficavam isolados em seus próprios grupos e pensou numa solução: “Tive a ideia com uma amiga e fomos falar com a professora Rosely. Queríamos fazer um projeto para falar da nossa cultura e ensinar espanhol”, conta uma aluna de família boliviana.

É interessante destacar que o interesse da professora Rosely pela História, vem dos fatos narrados, quase como contos, por seu avô, filho de italianos, sobre a vinda da família para o Brasil.

IBGE MOSTRA ASCENSÃO E QUEDA DE NOMES NO BRASIL

Resumo de artigo publicado pelo jornal El País, em 1/09/2017. A íntegra pode ser acessada em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/28/politica/1461795242_747165.html

Em 1995 a TV Globo apresentou a novela Explode Coração, de Glória Pérez, em que o nome da protagonista, Dara, tocou fundo nos telespectadores: eram 163 pessoas com esse nome nos anos 80, mas eram 7.648 nos anos 90.

Este dado curioso faz parte do levantamento inédito que o IBGE publicou em 30/08/17 com base no Censo de 2010. O instituto registrou 130.348 nomes diferentes na população, 63.456 masculinos e 72.814 femininos. Não há surpresas entre os campeões: Maria, com 11,7 milhões, e José, com 5,7 milhões, são os recordistas.

O IBGE disponibilizou, no site dedicado ao projeto "Nomes do Brasil", uma ferramenta onde qualquer pessoa pode ver a evolução da popularidade de seu nome através do tempo. Você se chama como se chama por uma idiossincrasia do seus pais ou apenas por mais um modismo de época?

O caso de Dara não é isolado. Cauã passou de 2.069 pessoas na década de 90 para 83.253 na década passada, com o estrelato do ator Cauã Reymond. É possível saber que Estado da federação tem predileção por seu nome. No caso de Cauã, é o Rio de Janeiro.

O levantamento por décadas também mostra a ascensão e queda de alguns nomes. É o caso de Raimunda, bastante usado em meados do século XX, atualmente é pouco usado, tal como era no início do século passado.

Também mostra que, alguém que se chame Flávia, deve encontrar muito mais pessoas na casa dos 30 anos do que crianças com esse nome. Do ponto de vista regional, Flávia era nome mais comuns no Rio de Janeiro. Note-se que somente nomes com mais 20 ocorrências foram contabilizadas.

ATENDIMENTO NA SEDE

Na terça-feira 28 de novembro de 2007, não haverá atendimento na sede do CBG.

REMETENTE



COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA
www.cbg.org.br

EXPEDIENTE

Boletim Informativo
COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA

Av. Augusto Severo, 8 - 12º andar - Glória
20021-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2221-6000

Diretoria:	Presidente	Fernando Antonio Ielpo Jannuzzi Junior
	Vice-Presidente	Roberto Guião de Souza Lima
	1º Secretário	Victorino Coutinho Chermont de Miranda
	2º Secretário	Guilherme Serra Alves Pereira
	1º Tesoureira	Maria Lucia Machens
	2º Tesoureiro	Attila Augusto Cruz Machado
	Dir. Publicações	Marcio Miller Santos
Conselho Fiscal:	Gustavo Almeida Magalhães de Lemos	
	Luiz Alberto da Costa Fernandes	
	Nelson Vieira Pamplona	

Horário de funcionamento: 3ª-feira de 14 às 17 horas

Página: www.cbg.org.br

Email: cbg@cbg.org.br

Diagramação: Escale Serviços de Informática

Impressão: Letras e Versos

DESTINATÁRIO

IMPRESSO